

FEMINISMO E ESCRITA DE MULHERES NO PIAUÍ (1875-1925)

OLIVIA CANDEIA LIMA ROCHA*

A mulher que toma a pena
Para lira a transformar,
É, para os falsos sectários,
Um crime que os faz pasmar!
Transgride as leis da virtude
A mulher deve ser rude
Ignara por condição!
Não deve aspirar a glória!
Nem um dia na história
Fulgar com distinção!

Mas eu que sinto no peito,
Dilatar-me o coração,
Bebendo as auras da vida,
Na sublime inspiração:
Eu que tenho uma alma grande,
Uma alma audaz que s'expande
No espaço a voejar.
Não posso curvar a fronte
Nesse estreito horizonte
E na inércia ficar!

Luiza Amélia de Queiroz

No poema, *A mulher*, publicado no livro, *Flores Incultas* (1875), Luiza Amélia de Queiroz questiona o lugar da mulher na sociedade no período em questão. Considerando-se o caráter metafórico, é possível associar o título da obra da autora, com a condição feminina no período, que valorizava uma socialização feminina, para o cultivo da delicadeza, pela busca da vaidade de mostrar-se, mas eram em sua maioria incultas.

Quando se lançou a publicar seus textos e revelar-se como escritora Luiza Amélia de Queiroz referenda-se em precedentes como o de Safo¹ e da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho², de cujos romances era leitora. Entretanto, a piauiense Luiza Amélia de

*Professora do Curso de História, na Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvidio Nunes de Barros-Picos-PI. Mestre em História do Brasil.

¹ Poeta grega que teria vivido no século VII a.C..

² A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 - 1921) colaborou com diversos jornais de Lisboa e do Rio de Janeiro. Publicou livros, como, *Uma Primavera de Mulher* (1867), citado por Luiza Amélia, e *Vozes do Ermo* (1876).

Queiroz, uma mulher letrada no final do século XIX, constituía uma exceção em uma sociedade cuja maioria da população era analfabeta; e em uma época, em que a prática literária consistia em uma atividade masculina.

No século XIX, no Brasil e em diversos países, as mulheres estavam reivindicando igualdade em relação aos homens. Questionava-se a submissão feminina, a restrição de suas possibilidades de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a participação política. Nesse período surgiram escritoras publicando livros e organizando revistas e jornais de redação feminina e apenas para citar duas nordestinas, menciona-se a maranhense Maria Firmina dos Reis e a potiguar Dionísia da Rocha, que ficou mais conhecida como Nísia Floresta. (TELLES, 2000).

O acesso das mulheres à instrução era a reivindicação mais frequente nos escritos de autoria feminina do século XIX no Brasil. No período em questão, a aquisição de livros, revistas, jornais e outros bens culturais eram restritos às famílias de maior poder aquisitivo da sociedade. Contudo, privilegiava-se a formação intelectual masculina. Eram os homens desse grupo social que eram preparados para ocupar posições de destaque na vida pública, como médicos, advogados, políticos e empreendedores no mundo dos negócios. Das mulheres, esperava-se que fossem filhas obedientes, esposas fiéis e mães dedicadas. (FALCI, 2000).

O acesso feminino à instrução no século XIX e início do século XX relaciona-se a diversos aspectos que perpassam a urbanização, a valorização do papel feminino na família e a exigência de mulheres culturalmente polidas e refinadas para os salões e bailes que seguiam a moda européia. Nesse sentido, eram os grupos sociais mais abastados que tinham condições de propiciar essa formação às mulheres, em uma sociedade em que investir em educação era, sobretudo, um empreendimento que ficava a cargo das famílias.

No século XIX, a leitura tornava-se uma forma de lazer para as mulheres de uma elite social letrada, o que fomentava a publicação de periódicos voltados para o público feminino e que versavam sobre moda, prendas domésticas, comportamento e textos de caráter literário. Dentre as leituras de Luiza Amélia de Queiroz destaca-se a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho e escritores românticos como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu.

Na escrita de Luiza Amélia de Queiroz predominam o bucolismo, a religiosidade e os temas sentimentais sobre a família e os relacionamentos amoroso e conjugal. Romantismo e bucolismo que se apresentam nos títulos dos livros da autora, *Flores Incultas* (1875) e *Georgina ou os efeitos do amor* (1898). Mas, também se sobressai um olhar feminino que questiona os lugares sociais reservados às mulheres.

A ousadia de Luiza Amélia de Queiroz em dedicar-se à escrita poética em uma sociedade em que a prática literária era iminentemente masculina e a vida feminina voltada para o lar e as prendas domésticas foi bastante criticada por seus contemporâneos, como ela mesma indica:

Não me julgues feliz donzela,
Não me invejes querendo imitar;
Desta vida que julgas tão bela,
Deus te livre das dores provar. [...]

Qual o louro que a fronte me cinge?
Qual a glória que eu posso alcançar?
Nesta terra que trama-se e finge
O que posso de bom esperar? (NUNES, 1875:191 - 193).

Dentre as pessoas que desaprovavam a ousadia de Luísa Amélia de Queirós mencione-se o primeiro marido da autora Pedro José Nunes. Mas isso, não a deteve de escrever diversas poesias que reuniu e publicou no livro *Flores Incultas*. Dedicatórias e o ano em que foram escritas podem ser encontrados em diversos desses trabalhos, desvelando uma mulher que tinha na escrita uma forma de comunicação com o mundo, de homenagear e consolar pessoas queridas, uma maneira de inscrever-se socialmente, de registrar seus pensamentos, anseios e desilusões.

A poesia significava para Luiza Amélia de Queiroz uma forma de escrita de si. A escrita constitui-se em significativa prática de subjetivação e constituição da identidade de quem escreve. Neste sentido, destaca-se que Luiza Amélia, frequentemente, retratava em suas poesias acontecimentos e sentimentos vivenciados. Além disso, aponta-se o registro de datas, dedicatórias e comentários resumidos, o que faz com que *Flores Incultas*, também tenha a

dimensão de um diário poético. A data mais antiga registrada no livro *Flores Incultas* é 1862, cerca de três anos após o casamento da autora com seu primeiro marido, Pedro José Nunes. (SCHONS; GRIGOLETTO, 2008).

Luiza Amélia de Queiroz insere-se no contexto do que se tem denominado de primeira onda feminista na sociedade brasileira, filiando-se aos questionamentos expressos em publicações de redação feminina da época e os quais ela pode ter tido acesso. Além da instrução feminina, muitas escritoras da época também defendiam ideias republicanas e abolicionistas. DUARTE, 2005; SCHUMACHER, 2005; TELLES, 2000). Nesse sentido destaca-se que Luiza Amélia de Queiroz colaborou com o jornal *Telefone* (1883 - 1889), que publicava textos favoráveis à República e à Abolição da Escravatura (PINHEIRO FILHO, 1997).

No decorrer das décadas iniciais do século XX, a cidade de Teresina, passava por um processo de modernização que se evidenciava por transformações urbanas como canalização de água, eletrificação de ruas do centro da cidade, construção de passeio público por exemplo. Além disso, ocorria o incremento de atividades relacionadas à educação, ao lazer e ao trabalho. Essas mudanças ampliavam a presença feminina no espaço público. Tornava-se necessário que:

[...] a mulher dominasse a leitura, a escrita, a maneira de conversar; que soubesse conhecer o mundo além das fronteiras do lar. [...] Era interessante para católicos e livres-pensadores mulheres educadas para as prendas domésticas, damas culturalmente polidas e boas donas de casa, jamais mulheres que viessem a fazer reivindicações políticas, pretendendo maior espaço na vida pública (PINHEIRO, 2001:89).

Neste sentido, registra-se a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus em 1906, que tinha como objetivo formar mulheres que procurassem seguir um modelo de virtude preconizado pela religiosidade católica, e fossem capazes de resistir à sedução das novas tendências propagadas pelo cinema, nem se deixassem levar por ideias emancipacionistas (CASTELO BRANCO, 1996).

Nas primeiras décadas do século XX, vinculado ao processo de urbanização, observa-se o surgimento de escolas voltadas para a educação feminina e a redefinição dos modelos de mãe e esposa. A participação feminina no universo literário começava a ser aceita, mas desde

que fosse uma atividade secundária em relação aos papéis femininos na família, como observa Clodoaldo Freitas:

[...] eu não contesto a aptidão das mulheres nem as desejo reclusas estupidamente nos gineceus. Não é esse meu pensamento. Quero que a mulher estude e aprenda sem pretensões a doutora, sem a vaidade alarmante de querer sair do círculo suave da família, onde deve imperar. Nada de mulheres eleitoras e guerreiras, políticas e santas (FREITAS, 1996: 71).

Clodoaldo Freitas³ destaca o surgimento de mulheres notáveis na literatura, especialmente no romance, gênero no qual se destaca sua sobrinha Amélia Bevilaqua. Mas também ressalta que a mulher não deve se afastar do círculo familiar, a vaidade de escritora não deve prevalecer sobre seu papel de mãe e esposa. Na percepção de Clodoaldo Freitas, a família de Clóvis Bevilaqua⁴ e Amélia de Freitas Bevilaqua era um modelo a ser seguido:

No seu lar feliz, ao lado de seu esposo, grande jurista e filósofo Dr. Clóvis Bevilaqua, e de suas duas mimosas filhas. Florisa e Doris, respirando o ar purificador do estudo e da ventura, D. Amélia une os cuidados de dona de casa com as de escritora e tem tempo para tudo. Seus trabalhos indicam uma alma tranqüila e boa, que encara a vida pelo prisma da felicidade, porque é amada por quantos a conhecem na sua singeleza, na sua bondade, na sua modéstia. Enquanto Clóvis produz livros, que os nivelaram com os maiores juriconsultos contemporâneos, a Florisa escreve contetos encantadores e Doris faz sonetos mimosos, D. Amélia estuda e trabalha compondo seus livros, que a crítica indigna tem justamente elogiado (FREITAS, 1906: 1).

No lar, a mulher poderia se dedicar à família e às letras, sem se desviar de seus papéis de mãe e esposa. Amélia Bevilaqua era um exemplo a ser seguido, segundo Clodoaldo Freitas; ela era o encanto da casa, animava e inspirava o marido que a adorava. Dessa maneira, a concordância com a atuação literária feminina ocorria de forma vinculada à manutenção dos papéis femininos na família (MAGALHÃES, 1998).

³ Magistrado, literato, jornalista e crítico literário com vasta bibliografia e colaboração com periódicos do Piauí e outros estados, como Maranhão e Pará. Exerceu cargos públicos e foi o primeiro Presidente da Academia Piauiense de Letras. (ADRIÃO NETO, 1995).

⁴ Clóvis Bevilaqua elaborou o Código Civil de 1916. Renomado juriconsulto e literato que pertenceu à Academia Brasileira de Letras. (CLÓVIS, 1999, p. 14).

A prática literária podia ser desenvolvida sem retirar a mulher por longas horas do espaço doméstico, o que possibilitava às mulheres instruídas da classe média e alta escrever colaborações para a imprensa de maneira discreta ou mesmo sem o conhecimento de seus familiares. Um segredo que podia ser mantido com o uso de máscaras propiciadas por pseudônimos. Realiza-se assim, uma feminização do espaço privado, na medida em que as mulheres começavam a ocupar lugares que antes eram exclusivamente masculinos, como o escritório e a escrivania (HELLER, 2001).

Nas primeiras décadas do século XX, destaca-se a fundação da Academia Piauiense de Letras em 1917 e do Cenáculo Piauiense de Letras em 1927. Essas instituições foram criadas com o intuito de congregar literatos e intelectuais e promover a literatura na sociedade local. Estabelecer um lugar de distinção para os escritores significava instituir espaços de consagração em torno dos autores que formavam essas agremiações, distinguindo-os dos demais homens de letras da época.

A escritora Amélia de Freitas Bevilaqua foi a primeira mulher a ingressar na Academia Piauiense de Letras em 1921. Esta instituição também homenageou Luiza Amélia de Queiroz, ao escolher seu nome para patrocinar uma de suas cadeiras. Essa acolhida aos nomes femininos demonstra que a atuação literária feminina passava a ser aceita ao mesmo tempo em que se constituía em um incentivo ao indicar possibilidades de reconhecimento intelectual para as mulheres na sociedade.

No Cenáculo Piauiense de Letras verifica-se uma significativa participação feminina, encontrando-se entre seus sócios os nomes de Zenobia Ribeiro, Otília Silva, Julia Gomes Ferreira e Maria Iara Neves. A participação feminina nessa instituição demonstra uma abertura para que essas mulheres pudessem apresentar seus trabalhos em reuniões literárias e para publicar seus textos em *A Revista*, periódico dessa agremiação. Dentre os textos publicados no periódico destaca-se, “A morte do sabiá⁵” de autoria de Iara Borges:

Na varanda de lindo palacete aristocrático, em gaiola dourada um sabiá vive prisioneiro. Nunca são ouvidos os seus gorjeios. A encantadora prisão não satisfaz. Tristonho olha o espaço infinitamente azul onde voaria feliz e despreocupado se não

⁵ Maria Iara Borges de Melo dedica o conto “A morte do Sabiá” a D. Alice Vêras. Alice Vêras publicou alguns textos poéticos na revista *Almanaque da Parnaíba* no final da década de 1920 e anos iniciais da década de 1930.

fora. A maldade humana lhe tolher a liberdade. Ter asas e não poder voar! Chega o verão com todo radioso despertar de alegrias. Nos ramais em flor, trilos maviosos do passaredo; cigarras, de tanto cantar, caem mortas no tapete de pétalas vermelhas dos paus-darcos enflorados. Somente o sabiá não vibra... Persiste quieto, indiferente, mudez demonstradora de revolta, prisioneiro de luxo, de satisfações egoístas e pessoais. Um dia, porém, quando maior era o encantamento das coisas, vencido, enfim, por aquela natureza em festa, ei-lo experimentando o canto. A principio, apenas, um vicio. Contento de si próprio, deixa a apatia e se põe a gorjear, feliz, envolto num sonho doce: liberto; em zig-zags pelo ar em perseguição à meiga companheira; o ninho; os filhotes... O olhar magnético de um bichano fá-lo voltar à realidade. Tamanha é a dor experimentada que soltando mais um trinado caí morto. (BORGES, 1927, s.n)

As restrições familiares e os discursos que delimitavam a atuação feminina aos papéis de mãe e esposa no espaço doméstico, confinavam a mulher burguesa a gaiolas aristocráticas de casas luxuosas. O canto pode ser associado à publicação, ao rompimento do silêncio, à liberdade, ao contentamento e orgulho de si. Entretanto, as repreensões e a censura social cerceavam a participação feminina nas publicações locais. Essa leitura é possível, na medida em que se leva em consideração que a literatura ficcional permite contornar interdições pelo deslocamento de sentidos para objetos simbólicos (FERRO, 1989; ORLANDI, 1995).

No espaço público, deslocando-se para a Escola, a Igreja, o passeio, o cinema, o comércio e ao trabalho em repartições públicas, essas mulheres de classe média deslocavam de uma dedicação exclusiva à família, e passavam a ter liberdade de movimento e conhecimento de ideias feministas por meio de notícias publicadas em periódicos voltados para o público feminino como *Fon-Fon* e *Revista Feminina*.

O casamento era a principal perspectiva que a sociedade local apresentava para a vida feminina na época. Textos assinados com pseudônimos e publicados em jornais locais evidenciam que as mulheres passavam a desejar outras possibilidades de atuação na sociedade:

Condeno, entretanto a tendência que temos de nos restringir (com raras exceções) aos labores domésticos. Cultivemos as letras, as ciências, e as artes, e procuremos tornar independente nosso futuro, extinguindo, desta forma, o velho preconceito de que a mulher não pode prescindir do casamento (MAGNÓLIA, 1922: 4).

Mulheres instruídas de famílias de relativo poder aquisitivo estavam ansiosas por conquistar papéis fora do ambiente doméstico. A instrução e o magistério eram apontados como atividades que oportunizariam independência financeira e outras possibilidades de reconhecimento social às mulheres. Essas mulheres começaram a conquistar espaços na imprensa local, mas eles eram vivenciados de maneira distinta. No jornal *A Imprensa* de orientação Católica, a autoria feminina é apresentada, com maior frequência, quando se tratavam de textos que exortavam os papéis femininos tradicionais e criticavam a moda. Enquanto isso, nos jornais, *O Piauí* e *Correio do Piauí*, textos publicados sob pseudônimos debatiam questões levantadas pelo movimento feminista.

Por que essas mulheres precisavam de máscaras para realizar esses debates? Os pseudônimos constituíam-se em mecanismos capazes de burlar a interdição sobre sentidos considerados inadequados pela sociedade, pois elas estavam questionando os fundamentos de modelos historicamente construídos como naturais. pois é sobre a dimensão pública que se estabelece a responsabilização e a repreensão pelo que é dito, “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 1996:9; MORAIS, 2002; MAGALHÃES, 1998; ORLANDI 1995).

Neste sentido, menciona-se a proposta de organização de uma associação, nos moldes da Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922. É plausível que essa proposta tenha resultado na articulação de um grupo de mulheres que utilizavam pseudônimos para ocupar e fomentar espaços de atuação literária em jornais como, *O Correio do Piauí* e *O Piauí* na década de 1920, sob a insígnia de nomes como, “Dolores”, “Magnólia”, “Acácia”, “Bonina”, “Violeta”, “Eglantine” e “Berenice”. Os debates sobre o papel social das mulheres e o feminismo convergiram para uma crítica à restrição das mulheres ao papel de esposa e mãe, de forma que, a aquisição de instrução era apontada como uma prática que possibilitaria a ampliação dos horizontes de realização feminina.

O acesso feminino á instrução desencadeou um deslocamento das fronteiras que interditavam os lugares de saber e enunciação às mulheres. Esse processo é evidenciado em discurso do literato, Cristino Castelo Branco, ao afirmar que, “a Normal distendeu-lhe os horizontes. A mulher entre nós, deixou de ser ‘o animal de cabelos compridos e ideias curtas’.

A moda cortou-lhe os cabelos, e os professores alargaram-lhe as ideias”. (BRANCO, 1926:56),

Pode-se considerar que, instituições, como a Escola Normal, as academias literárias e os veículos de publicação funcionavam como instâncias que conferiam legitimidade e possibilidade discursiva a um grupo seletivo de pessoas que delas participavam. A atuação nas instâncias de reconhecimento e prestígio literário não envolve apenas questões econômicas ou de acesso à instrução, mas envolvem também o pertencimento a um círculo de relacionamentos, que são atravessados por uma multiplicidade de afetos e interesses, como a amizade, o parentesco, a projeção política, social e intelectual do grupo familiar. Nesse contexto, também se observa discursos que defendiam a participação feminina na política:

[...] É preciso convir, entretanto, que o ‘le monde marche’, que devemos acompanhar o progresso. A política do futuro será mais moralizada, mais leal e para essa melhoria muito contribuirá a mulher. As campanhas políticas não descerão às retaliações pessoais. Os homens respeitar-nos-ão; haverá decoro na linguagem, polidez nas discussões. Com a nossa emancipação social ganharemos também, o que, até hoje, se nos tem negado (DOLORES, 1922:4).

“Dolores” apresenta dois argumentos favoráveis à atuação feminina na política. O primeiro, é que as mulheres contribuiriam para o melhoramento das práticas políticas. O segundo, é que por meio dessa atuação elas poderiam defender seus ideais e reivindicações. Contudo, esse ponto suscitava polêmica mesmo entre as mulheres:

As mulheres com direito de voto? Para que? Qual vantagem daí lhes resultaria? No meu sentir, nenhuma. Não pode ser esse o verdadeiro feminismo. Por que se não dedicar a mulher ao lar, à música, às letras, à pintura, à escultura? [...] Que a mulher se instrua para obter noções positivas de tudo. [...] Nessa instrução está a sua força (EGLANTINE, 1926:4).

A instrução é vislumbrada como um fator que contribuiria de forma mais significativa que o voto para as possibilidades de atuação feminina na sociedade. O debate em torno do sufrágio feminino aponta que havia divergências quanto às reivindicações que o movimento feminista deveria apresentar:

[...] o verdadeiro e nobilitante feminismo que eu entendo, não é disputar ao homem, os empregos, as posições políticas, as atribuições sociais; não é adaptar-lhe os trajes, o corte dos cabelos, nem copiar-lhe as maneiras, os hábitos, como se nestas exterioridades residisse a sua proeminência. [...] Cultive a mulher o seu espírito, aprimore seus dons naturais, habilite-se, por uma sólida e bem cuidada instrução, para lutar pela vida, e ter-se-á tornado não livre, mas independente (VIOLETA, 1926:4).

Para a maioria das cronistas que publicavam em periódicos locais nas primeiras décadas do século XX, o feminismo possível e ideal era o que defendia a educação. Com exceção de “Dolores”, as demais rejeitavam o sufrágio feminino, a disputa entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na política e a adoção de atitudes e comportamentos tidos como masculinos pelas mulheres, pois representariam uma masculinização da mulher:

O feminismo epilético, deselegante, dinamineiro, que pretende colocar a mulher no mesmo nível social e político do homem, transformando-a em virago, esse é que não merece o meu apoio. As sufragistas me repugnam. Elas pretendem subverter as leis naturais igualando em tudo o homem e a mulher. É uma insensatez (LIMA, 1913: 4).

O discurso anti-sufragista era veiculado por homens e mulheres que percebiam a participação feminina na política como uma masculinização da mulher e uma inversão da ordem social. Forjava-se, assim, um discurso de incompatibilidade entre a feminilidade e o feminismo sufragista. A representação das sufragistas como masculinizadas e pouco atraentes contribuía para que muitas mulheres rejeitassem o sufrágio feminino para resguardar sua imagem de feminilidade (SOIHET, 2003).

CONCLUSÃO

A educação formal simbolizava para as mulheres um rito de passagem entre o silêncio e a palavra, conferindo-lhes reconhecimento intelectual. A publicação de crônicas nos jornais locais demonstra que as reivindicações do movimento feminista repercutiam na sociedade teresinense, e provavelmente suscitavam entre as mulheres instruídas e leitoras dos jornais e revistas femininas, reflexões sobre o feminismo e o lugar feminino na sociedade.

Prevaleciam discursos favoráveis à instrução feminina e que conciliavam a mesma, com os papéis femininos na família. Às mulheres reservava-se o espaço doméstico, o domínio que deveria exercer era o de fascinar os homens com sua beleza e delicadeza. Portanto, desencorajava-se o feminismo sufragista, publicando-se textos que criticavam o feminismo e o comportamento das sufragistas.

As autoras representadas neste texto, não propunham uma inversão dos modelos femininos relacionados à família. Mas estes passavam por uma reformulação, no qual a partir da associação de valores como educação e progresso, exigia-se uma mulher preparada para melhor exercê-los. Escrever se constituía em uma atividade que permitia às mulheres escritoras do período, refletirem sobre o lugar feminino na sociedade, questioná-lo, mas, sobretudo traçar novas possibilidades de realização, enquanto inscreviam-se como autoras.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO NETO. **Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos**. Teresina: Halley S.A., 1995.

BORGES, Iara. A morte do sabiá. **A Revista**, Teresina, s.n., n. 1, vol. II, 1927.

BRANCO, Cristino Castelo. Discurso de Cristino Castelo Branco em 15 mai. 1926 - Aniversário da Escola normal. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, n. 10, p. 56 - 57, 1926.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CLÓVIS Bevilaqua. **Istoé** - o brasileiro do século - economistas e juristas, São Paulo, n. 9, p.14, 1999.

DOLORES. A Política. **Correio do Piauí**, p. 4, 16 mar 1922.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, vol.17, n. 49, set. / dez., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 mai. 2005.

EGLANTINE. O Meu Ponto de Vista. **O Piauí**, Teresina, 04 mar. 1926. Vida Social, p. 4.

FALCI, Miridam Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.).

História das mulheres no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 241 - 277.

FERRO, Marc. **A História vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a História).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. Aos Domingos. **Pátria**, Teresina, p. 1, 04 fev. 1906.

FREITAS, Clodoaldo. **Em roda dos fatos**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

HELLER, Bárbara. Mulheres leitoras de papel e tinta. **XIV Encontro Regional de História: sujeitos na História: práticas e representações**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 33 - 56.

LIMA, Leonor de Lima. O Feminismo. **Correio de Teresina**, Teresina, p. 4, 7 abr. de 1913.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

MAGNÓLIA. Correio Elegante. **Correio do Piauí**, Teresina, p. 4, 14 mar. 1922.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NUNES, Luiza Amélia de Queiroz. **Flores incultas**. Parnaíba, PI: [S.N.], 1875.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3ª ed. Campinas - SP: UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).

PINHEIRO, Áurea da Paz. **As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3ª ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia, Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. **Labrys: estudos feministas**, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

SCHUMACHER, Schuma. **Primeira Onda Feminista**. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br>. Acesso em: 28 mai. 2005.

SCHONS, Carmem Regina. GRIGOLETTO, Evandra. Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto. **Anais Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2008**. Disponível em:

<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/ESCRITA%20DE%20SI%20schons%20e%20grigoletto.pdf> .

Acesso: 27 mar. 2013.

TELLES, Norma. Escritores, escritos, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 401 - 442.

VIOLETA. O Feminismo. **O Piauí**, Teresina, 06 abr. 1926. Vida Social, p. 4.